



TATIANA NINOSKA CAVALCANTE MELARA

**COMO ALIMENTAR UM DRAGÃO?
CHINA, BRASIL E SOJA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

João Pessoa

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

TATIANA NINOSKA CAVALCANTE MELARA

COMO ALIMENTAR UM DRAGÃO? CHINA, BRASIL E SOJA
NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Lima

Coorientador: Prof. Alexandre César Cunha Leite

João Pessoa

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M517c Melara, Tatiana Ninoska Cavalcante.
COMO ALIMENTAR UM DRAGÃO? CHINA, BRASIL E SOJA NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS / Tatiana Ninoska Cavalcante
Melara. - João Pessoa, 2020.
48 f. : il.

Orientação: Thiago Lima.
Coorientação: Alexandre Leite.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. China. 2. Brasil. 3. Relações Comerciais. 4.
Segurança Alimentar. 5. Soja. I. Lima, Thiago. II.
Título.

UFPB/CCSA

TATIANA NINOSKA CAVALCANTE MELARA

**“COMO ALIMENTAR UM DRAGÃO?
CHINA, BRASIL E SOJA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 27 / 03 / 2020

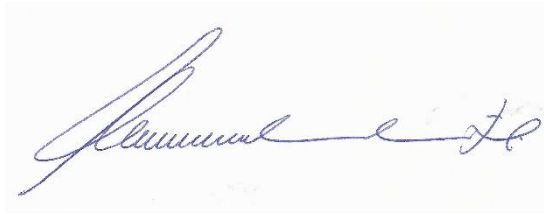
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Thiago Lima da Silva – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Alexandre Leite', is centered at the top of the page. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'A' and a stylized 'L'.

Prof. Dr. Alexandre Leite
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

À minha amada avó (in memoriam), Dona
Ginu, que cuidou de mim com muito amor,
ensinou valores que levarei para a toda a
vida e sempre estará em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Eliene Antunes, por sempre ter me apoiado nas dificuldades, encorajado os planos futuros e por ser meu maior exemplo de competência, bom humor e generosidade. À minha família, em especial aos meus tios Maria do Socorro e Francisco Antunes, por todo o carinho, acolhimento e generosidade.

Agradeço especialmente ao meu orientador Dr. Thiago Lima por toda paciência, encorajamento e orientações que foram como uma luz para mim. Ao professor Alexandre Leite pelas conversas e orientações que me ajudaram no processo de decisão do tema da monografia. À Gary Rainer, por ter me incentivado e apoiado nos estudos da China.

A todo corpo docente do Departamento de Relações Internacionais por terem sido exemplos de competência e humanidade ao longo destes anos da minha graduação.

Ao Movimento Empresa Júnior, que atuou como fonte de motivação e conscientização a respeito do papel do microempreendedor no mercado brasileiro. À Líderi Jr, empresa júnior de Relações Internacionais da UFPB, por ter proporcionado ambiente para vivenciar minhas primeiras noções do mercado de trabalho, capacitações em vendas e pesquisa de importação e comércio exterior.

Aos amigos Erika Bombinho, Marcio Almeida, Marcello Fidelis, Hortência Almeida e Alan Lopes, pela amizade e afeição, além dos bons momentos durante esses anos de graduação. E, por fim, aos demais amigos e colegas que passaram por minha vida e influenciaram, direta ou indiretamente, a pessoa que sou hoje.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma breve recapitulação histórica da segurança alimentar chinesa e ressalta os efeitos econômicos do aumento da demanda chinesa por grãos de soja sobre as relações comerciais sino-brasileiras no período de 2009 a 2017. Rememora, também, a conjuntura internacional partindo do período em que tais relações se estabeleceram e explicar quais fatores econômicos que despertaram o interesse chinês em aprofundar as relações comerciais com o Brasil. Pois, diante da importância da soja dentro nas relações comerciais sino-brasileiras, faz-se necessária a promoção de estudos para melhor compreensão do Brasil acerca do papel chinês no mercado brasileiro, especialmente no setor agroexportador.

Palavras Chave: China; Brasil; Relações comerciais, Segurança alimentar; Soja

ABSTRACT

This paper presents a brief historical recap and highlight the economic effects of the increase in Chinese demand for soybeans in Sino-Brazilian trade relations from 2009 to 2017. It exposes, as well, the international conjuncture from the period, where such relations were established, and explain the economics factors aroused the Chinese interest in deepening trade relations with Brazil. Because of the importance of soy within Sino-Brazilian trade relations, it is necessary to promote studies to better understand Brazil about the Chinese role in the Brazilian market, especially in the agro-export sector.

Keywords: China; Brazil; Commercial Relations; Food Security, Soybean

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	17
Figura 2.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.....	22
GRÁFICO 2.....	25
GRÁFICO 3.....	26

LISTA DE SIGLAS

ADM -Archer Daniel Midlands

BM- Bando Mundial

BRICS- Brasil, Rússia, China, África do Sul

CBERS- China- Brazil Earth-Resources Satellite

CDB- China Development Bank

COSBAN- Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e Concertação e Cooperação

CSN- Companhia Siderúrgica Nacional

CSNU- Conselho de Segurança da ONU

FAO- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI- Fundo Monetário Internacional

GATT- Acordo Geral de Comércio e Tarifas

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MFN- Nação mais favorecida

NDB- Novo Bando de Desenvolvimento

OMC- Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas

PIB- Produto Interno Bruto

RPC- República Popular da China

TRQ- Quotas tarifárias

UE- União Europeia

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USDA- Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 01 - A FOME CHINESA: A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR CHINESA E A BUSCA DA CHINA POR GRÃOS INTERNACIONAIS	17
1.1. A Fome chinesa	18
1.2. O papel da soja na segurança alimentar chinesa	24
1.3. Inserção chinesa no Organização Mundial do Comércio.....	25
CAPÍTULO 02 - TERRAS: A APROXIMAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA E OS INCENTIVOS CHINESES PARA A PRODUÇÃO DE SOJA BRASILEIRA	30
2.1. Aproximação Brasil e China	33
2.2. Presença chinesa na produção de soja brasileira	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

Força motriz do crescimento econômico mundial na atualidade, a República Popular da China (RPC) apresenta preocupações relacionadas à segurança alimentar. Embora componha cerca de 20% da população mundial, o país detém, aproximadamente, 9% das terras aráveis do mundo e 6% do suprimento de água doce mundial. Não obstante, atualmente a China ocupa o primeiro lugar no mundo em termos de produção de cereais, algodão, frutas, legumes, carne, aves, ovos e produtos pesqueiros. Além dos recursos limitados, a sensibilidade chinesa à segurança alimentar reflete a herança histórica da Grande Fome Chinesa vivenciada no período de 1958 e 1961, consequente do Plano do Grande Salto Adiante, campanha adotada no governo de Mao Tsé-Tung que acarretou na morte de cerca de 30 milhões de chineses. O entendimento chinês sobre segurança alimentar compreende a autossuficiência enquanto a principal prioridade do governo chinês e como fator importante na legitimidade política, no qual se destaca o setor de grãos (CHINA, 2011; FAO, 2018; GOVOS, 2010; LI, 2007; ZHA; ZHANG, 2013).

A intensificação das relações bilaterais sino-brasileira reflete o crescimento econômico chinês e seu novo papel geopolítico no sistema internacional. Este crescimento econômico decorreu de vários fatores que serão tratados nesta monografia, dos quais se destacam a estratégia do governo em promover o país como exportador, por meio de sua ascensão competitiva de sua economia nos mercados estrangeiros; a distinta concepção chinesa de segurança alimentar que repousa nos traumas históricos da fome e na insegurança do país com o mercado internacional de alimentos; a busca chinesa por opções de parcerias comerciais alternativas às tradicionais grandes empresas, norteadas aos interesses das grandes potências e, consequentemente, na participação crescente da RPC no comércio global. De modo que, em 2015, a China já estava estabelecida como o principal parceiro comercial de 120 países (JAMIL *apud* BARBOSA; CORRÊA 2017).

Historicamente, a RPC tem se consolidado como importante exportador de capital, protagonizando no cenário internacional diversos temas relevantes à governança global. Sua entrada como membro na OMC em 2001 e sua busca por parcerias estratégicas e promoção do desenvolvimento de países em desenvolvimento, bem como o interesse em assegurar sua segurança alimentar e nutrir a demanda doméstica por recursos para

manter o ritmo de crescimento, tornou atraente uma aproximação com o Brasil (BRASIL, 2011).

Enquanto maior parceiro comercial do Brasil, a China importa majoritariamente *commodities*, em especial a soja, minério de ferro e o petróleo, que correspondem a cerca de 72% das vendas brasileiras para o país. “Em 2012, tornou igualmente o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil.” (BARBOSA, CORRÊA, 2017).

Em ordem de sua grande relevância na pauta de exportação brasileira, optou-se por adotar a soja como estudo de caso, e, também, devido ao fato de ser um produto distinto pois é uma exceção no contexto do plano governamental chinês para autossuficiência em grãos.

A metodologia escolhida para a monografia tem caráter qualitativo descritivo, baseada na revisão de literatura acerca do tema e uma análise de dados coletados do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e *China Statistical Yearbook*. Estas fontes serão usadas para auxiliar na identificação da estratégia de segurança alimentar chinesa no setor de grãos, bem como quais os principais incentivos chineses para a produção de soja brasileira e, por fim, descrever como tal estratégia chinesa influi sobre a aproximação na relação bilateral entre Brasil e China no período de 2009 a 2017.

O trabalho está organizado em dois capítulos. No primeiro, buscou-se compreender a concepção de segurança alimentar chinesa, que é atrelado à autossuficiência em grãos, e os principais motivos de sua busca por grãos no mercado internacional.

No segundo capítulo, há uma breve recapitulação histórica das relações bilaterais sino-brasileira e busca-se explicar o interesse chinês na produção de soja brasileira.

Por fim, conclui-se que o governo chinês concebe segurança alimentar como sinônimo de autossuficiência em grãos. O país recorre aos mercados internacionais como uma alternativa à obtenção de alimentos e recursos necessários para assegurar o desenvolvimento e bem-estar social. Entretanto, a China compreende o comércio internacional

como insuficiente para suprir a demanda interna, justificando o interesse em autossuficiência no setor de grãos, reforçado pelo alto custo logístico e de importação que não são bem vistos pelo governo.

Ademais, as limitações climáticas e geográficas da China tornam desfavorável a produção de grãos, devido às vantagens comparativas no setor. A China recebeu diversas críticas no sistema internacional devido aos casos de dumping e aquisições de terras estrangeiras. No caso brasileiro, o Land Grab está relacionado a investimentos em regiões fornecedoras de grãos, como a soja produzida pelo Mato Grosso, para garantir a oferta de commodities nos mercados domésticos chineses.

A literatura examinada compreensão de que há reforçou o interesse do governo e setor privado brasileiro em atender à demanda chinesa, mas mostrou uma preocupação do Brasil em relação ao crescente poder e influência chineses sobre sua produção logística do setor agrícola. Assim, apesar da intensificação progressiva dos investimentos no setor agrícola, novos estudos precisam ser conduzidos para entender os interesses da China no território brasileiro.

Apesar do interesse chinês em atingir 100% de autossuficiência na produção de grãos, o país ainda depende das exportações brasileiras para minimizar suas vulnerabilidades às oscilações nos preços das commodities nos mercados internacionais; fato que colabora com a importância da manutenção contínua de estudos sobre as demandas chinesas por grãos internacionais e seus investimentos contemporâneos no setor agrícola brasileiro.

CAPÍTULO 01 - A FOME CHINESA: A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR CHINESA E A BUSCA DA CHINA POR GRÃOS INTERNACIONAIS

Introduzido na Europa, durante o contexto da I Guerra Mundial, o conceito de segurança alimentar repousa sua origem na ideia de segurança nacional e na capacidade do país de produzir e abastecer sua própria população, de forma que não fique vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes de teor político ou militar (PARANÁ, 2006 *Apud* MINIGLIA, 2009).

Este conceito passou por refinamentos ao longo do tempo e, desde 1996, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) define segurança alimentar enraizados em quatro objetivos, isto é: oferta adequada de alimentos; o acesso dos indivíduos a alimentos adequados para uma dieta nutritiva; a estabilidade da oferta e dos mercados; e a segurança no acesso aos alimentos ofertados (FAO, 2008).

Segundo a declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e sã (FAO, 1996).¹

Embora não exista definição pelas autoridades chinesas acerca da concepção de segurança alimentar, conforme estudos do Zha e Zhang (2013), a China concebe segurança alimentar equivalente à segurança em grãos, com foco central na autossuficiência em grãos. A percepção chinesa acerca da autossuficiência alimentar é moldada pela lembrança da fome e sua estrutura política, econômica e cultural (MANIGLIA, 2009; ZHA; ZHANG. 2013).

É estimado que de 108 a.C à 1911 houve uma seca ou fome induzida por inundações em pelo menos uma província na China quase todos os anos (Mukherjee 2012). No século XVII, por exemplo, a fome tornou-se comum, especialmente no Norte da China; agravado pelo tempo raramente frio e seco nove milhões fatalidades foram causadas pela fome no norte da China de 1876 a

¹ Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>

1879. A fome continuou na China até muito recentemente. Em 1920 e 1921, em certas províncias pelo menos 500.000 pessoas morreram, e de um estimado 48,8 milhões nestas cinco províncias, mais de 19,8 milhões foram declarados indigentes. Entre dois e três milhões morreram na província de Henan em 1943 (L. Li 2011) (ZHA; ZHANG, 2013. p. 460-461, Tradução nossa).

A China foi constantemente assombrada pela fome no período colonial e feudal e, de tempos em tempos, o governo chinês estima que, por causa do atraso da produção agrícola, cerca de 80% da população sofreu de fome ou semi-fome; isto é, a ingestão de menos calorias do que o necessário para o bom funcionamento do corpo. (CHINA, 1996).

1.1. A Fome chinesa

Um dos registros mais recentes de fome em massa foi a Grande Fome Chinesa, também conhecida pelas autoridades chinesas como “três anos de fome” (三年大饑荒) ocorreu no período de 1958 a 1961. A República Popular da China, sob o governo Mao, vivenciou uma série de desastres naturais e uma reforma agrária, resultando na fome que matou milhões, e embora não haja consenso entre os analistas a respeito das estimativas de mortalidade, este número varia de 30 a 45 milhões de chineses². Apontado por Yang (2008) como principal responsável pela Grande Fome Chinesa, o “Grande Salto Adiante” foi uma campanha proposta por Mao, que prometeu tornar a China uma nação industrial, desenvolvida e igualitária por meio de uma reforma agrária, que aceleraria a coletivização do campo, e a industrialização urbana. Entretanto, de 1959 a 1961, a oferta de alimentos caiu subitamente para 70% comparado aos níveis registrados em 1958, resultando na fome generalizada, que por sua vez, só foi ter sua magnitude reconhecida publicamente na China e no Ocidente após duas décadas do fim da Grande Fome porque o governo chinês havia proibido investigações acadêmicas sobre o assunto (ASTHON *et al* 1984; YANG, 2008; ZHA, ZHANG, 2013, SHENG, 2004).

Com o decreto da Reforma Agrária, a RPC aboliu a propriedade privada da terra e dos animais de tração e redistribuiu em comunas voltadas para produção agrícola; os campos foram denominados pelo governo Mao de “*sputniks*”, campos que seguiam o modelo dos *Kolkhoz* da União Soviética, e aos camponeses realocados foram estipuladas metas de produção pouco compatíveis com a realidade. “O confisco não foi calculado

² Disponível em: <https://www.scmp.com/article/723956/revisiting-calamitous-time>

com base no que os camponeses poderiam produzir, mas no que era necessário para o programa de Mao.” (HALLIDAY, 2005:406; SHENG, 2004; YANG, 2008).

Conforme estudos feitos por Sheng (2004), a crise no abastecimento de comida foi consequência de três fatores, sendo o primeiro, a dedicação da população à fabricação de aço e às obras de conservação de água, de tal modo que a colheita, realizada majoritariamente por mulheres, crianças e idosos, carecia de mão-de-obra.

No condado de Tongwi, da província Gansu, em junho de 1958, foram recrutados 23 mil camponeses para realizar obras hidráulicas, 13 mil para trabalhar nos fornos de aço; em consequência, mais de 30% da mão-de-obra foi afastada da lavoura (SHENG, 2004:119).

O segundo fator da falta de alimentos foi a crescente luta pelo poder refletida na campanha nacional de repressão ao “oportunismo da direita”, na qual as críticas e sugestões ao Grande Salto Adiante eram percebidas como atividades antipartidárias. Finalmente, o terceiro fator foi a insistência do radicalismo socialista e a depuração dos ditos oportunistas de direita, impedindo a implementação de melhorias na reforma agrária e na estratégia de segurança alimentar (SHENG, 2004).

Baseado em hipóteses de fatores causais, Yang (2008) aponta que as condições climáticas desfavoráveis causaram danos na produção de alimentos, embora as pesquisas acerca do tema sejam cautelosas na estipulação da magnitude dos impactos negativos sobre a produção agrícola.

No período de 1960, os ministros do governo Mao constaram que nas cidades de Xangai, Beijing, Tianjin e Shenyang só havia estoques para poucos dias, o Vice-Primeiro Ministro Chen Yun propôs a importação de grãos, posteriormente aprovada por Mao. Foi registrada, em 1961, a importação de 5,8 milhões de toneladas de trigo oriundos do Canadá e Austrália. Porém, o contexto de Guerra Fria e os embargos econômicos dos Estados Unidos contra a China, limitaram as importações de grãos “A importação de trigo aliviou a fome, mas não resolveu o problema.” (SHENG, 2004: 122; ZHA; ZHANG, 2013).

A lembrança das sanções econômicas experimentadas na Guerra Fria e a preocupação chinesa a respeito da possibilidade da comida ser usada como ferramenta na política externa influenciou na sua compreensão sobre a segurança alimentar (MORTON, 2012 *apud* ZHA; ZHANG, 2013).

Em 1996, o Conselho Estatal da RPC publicou o “White paper” sobre a questão de grãos, no qual declara que a agricultura é a base da economia nacional e, o princípio básico para resolver o problema da oferta e demanda de grãos é confiar nos recursos domésticos e, basicamente, alcançar a autossuficiência em grãos. Ciente de que, até o final de 1995, havia 65 milhões de pessoas, 5% da população total, que ainda não tinham acesso adequado a comida, o governo adotou a estratégia de segurança alimentar, tendo como meta o aumento de sua produção e a obtenção de uma taxa de autossuficiência acima de 95% e uma taxa de importação líquida de até 5%, na quantidade total consumida (CHINA, 1996)³.

Em 2008, o governo chinês redefiniu a meta para a obtenção de 100% da autossuficiência em cereais até 2020 (CHINA *apud* ZHANG; CHENG, 2017).

Em 2013, após assumir o poder, o presidente Xi Jinping destacou que a história chinesa ensinou: quando há grande fome, o dinheiro se tornará inútil e, para alimentar sua população, a China deve contar consigo mesma para garantir sua segurança alimentar (XI, 2013 *apud* ZHANG; CHENG, 2017).

Em 2017, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) publicou um relatório sobre o documento intitulado Objetivos Anuais de Política Agrícola da China, produzido pelo governo chinês; no qual o plano de segurança alimentar do governo chinês para 2017 é a “absoluta segurança” na área de grãos básicos, isto é, arroz e trigo, cuja produção deverá permanecer estável no futuro previsível. Para outras commodities, tais como algodão, cana-de-açúcar e principalmente a soja, o governo irá estabelecer regiões de preservação que serão dedicadas à produção de culturas específicas, a fim de uma autossuficiência base nestas áreas (USA, 2017).

Essencial para a legitimidade política, a segurança alimentar é compreendida tradicionalmente na história chinesa, como elemento essencial à ascensão e quedas de dinastias, bem como a capacidade do governante em atender a demanda de seu povo por comida; os governantes que ignorarem este dever irão perder o “mandato divino”, isto é, o direito de governar; por exemplo, em 1949, Mao declarou que nenhuma pessoa deveria morrer de fome e, para o partido comunista, a segurança alimentar foi um dos pontos

³ Disponível em: <http://www.china.org.cn/e-white/grainissue/index.htm>

cruciais na captação de suporte político (MANNING; WEMHEUER, 2011 *apud* ZHA; ZHANG, 2013).

Sob a ótica do governo chinês, há três razões pelas quais o mercado internacional de alimentos não é confiável; a primeira é a capacidade limitada do mercado em regular o suprimento de grãos, configurando a insegurança no abastecimento alimentar do país; a segunda razão é que qualquer aumento nos preços mundiais de alimentos significaria maiores custos de importação e, por fim, dada a proporção continental da China, os custos de transporte e logística são considerados antieconômicos. Ademais, o mercado internacional de grãos é percebido como instável e precário, especialmente no setor de exportação de trigo, milho e soja, pois estes são firmemente controlados pelos Estados Unidos e outros países desenvolvidos ou por suas empresas multinacionais no setor de alimentos, tais como por exemplo: Bunge, Archer Daniel Midlands (ADM) e Cargill. De modo que o regime de exportações de grãos serve aos interesses de países exportadores e é contra as nações importadoras (ZHA; ZHANG, 2013; ZHANG; CHENG, 2017).

Segundo Zha e Zhang (2013), apesar do que a China possa parecer para o mundo exterior um regime autoritário com um governo central todo-poderoso, na realidade o país apresenta uma estrutura política única, na qual observam-se vários conflitos de interesses entre o governo central e os governos locais chineses; os quais demonstram pouco interesse pelo setor agrícola devido há dois fatores: o primeiro é que a agricultura é vista como uma responsabilidade para a receita fiscal do governo local, pois desde a reforma fiscal agrícola de 2004, o setor agrícola não contribui mais para as receitas fiscais dos governos locais e, o segundo fator é que a agricultura não ajuda o governo local no sistema de promoção, sendo este fortemente baseado no mérito, com destaque para a contribuição do governo local no crescimento do PIB; a agricultura, em especial o setor de grãos, não gera muito emprego para a economia local e sua contribuição para o crescimento econômico é irrisória. Os autores destacam que o bem-estar econômico dos funcionários dos governos locais está ligado ao montante total da receita fiscal que eles coletam.

Diante da transformação estrutural chinesa ocorrida e do rápido crescimento econômico apresentado no período que antecedeu sua entrada na OMC, a China teve que adotar certa liberalização agrícola, por meio de uma abertura seletiva do mercado de alimentos, em especial a soja e a carne bovina. Destaca-se que, embora o governo central

tenha aberto seletivamente o mercado chinês, o mesmo ainda desempenha papel central no setor enquanto que os governos locais, por razões históricas, exercem certa autonomia acerca da implementação das políticas agrícolas estabelecidas pelo governo central e da alocação de fundos (VIEIRA *et al*, 2016; ZHA; ZHANG, 2013).

O governo central chinês adotou uma série de políticas para a garantia da produção doméstica de grãos; foi estabelecido um valor mínimo, para assegurar que as terras aráveis nunca diminuam para menos de 120 milhões de hectares. Assim, a RPC apresentou nas últimas três décadas uma redução de mais de 600 milhões de habitantes que viviam abaixo da linha da pobreza (VIEIRA *et al*, 2016; ZHA; ZHANG, 2013).

A preservar o crescimento econômico vigoroso, a economia chinesa está passando por mudanças estruturais profundas que envolvem a urbanização, a elevação da produtividade e da eficiência em setores intensivos de mão de obra, o controle da poluição e a maior preocupação com o meio ambiente e os recursos naturais (VIEIRA *et al*, 2016, p. 53-54).

A meta do governo chinês em obter 95% em autossuficiência nos produtos alimentares mais básicos não consiste em apenas cereais, como arroz, trigo e milho, inclui também soja e tubérculos, entretanto, a importância da soja e tubérculos para a segurança alimentar chinesa declinou notavelmente nos últimos (ZHA, ZHANG, 2013).

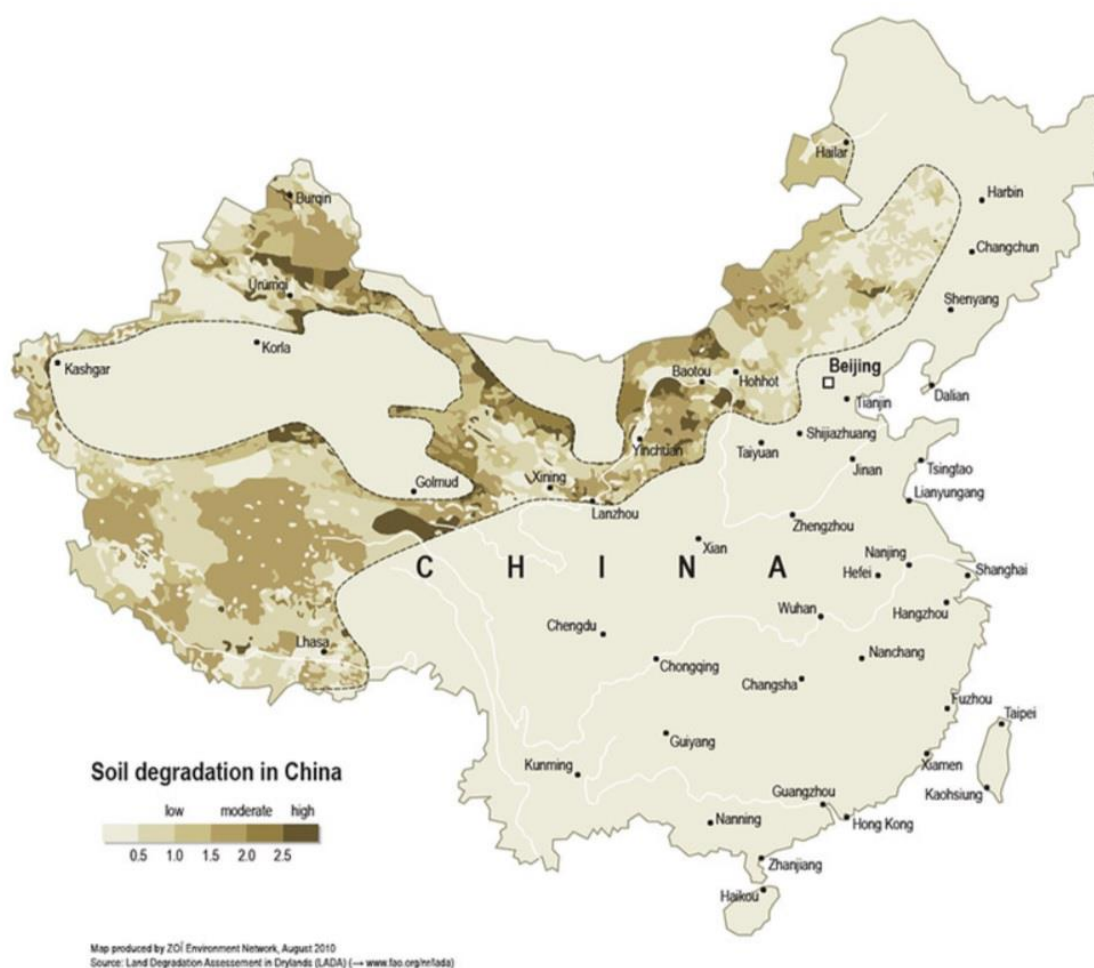
Para alcançar a autossuficiência, a RPC implementou uma série de políticas para assegurar a produção doméstica de grãos; isto é, o estabelecimento da “*red line*” para garantir que as terras aráveis não diminuam para menos de 120 milhões de hectares. Ademais, o governo introduziu o “*Rice Bag Governor Responsibility System*” que responsabiliza os governadores provinciais pelo equilíbrio da oferta e demanda de grãos em suas províncias, de modo a endossar a produção de grãos a nível local e manter alto grau de autossuficiência de grãos (GUOQIANG, HONGZHOU, 2014; ZHA, ZHANG, 2013).

Embora o governo central esteja comprometido em garantir a autossuficiência em grãos, os governos locais mostraram pouco interesse no setor agrícola por, principalmente, dois motivos; o primeiro é o fato da pouca relevância econômica da agricultura para o sistema de incentivo dos governos locais, baseado no mérito e contribuição para o crescimento do PIB. O segundo motivo é que desde a reforma tributária de 2004, o setor agrícola não contribui muito para receita fiscal dos governos locais. O conflito de interesses entre o governo central e local é apontado por Zha e Zhang (2013) como reflexo da

fragilidade do atual sistema de segurança alimentar chinesa (HAMPTON, 2006; ZHA, ZHANG, 2013; HUANG, ROZELLE, 2018).

Neste contexto, as limitações dos recursos de terra e água são determinantes na taxa de produtividade no setor de grãos e são um desafio para a sustentabilidade da agricultura chinesa. Além disso, o uso excessivo de agrotóxicos tem aumentando seriamente a poluição e degradação do solo; e tem sido preocupante para a RPC o processo de desertificação que tem afetado muitas regiões do país (HUANG, ROZELLE, 2018).

Figura 1. A Degradação do solo na China em 2010.



Fonte: Land Degradation assessments in drylands. FAO, 2010.

Dado que o crescimento médio anual pecuário é mais elevado do que o das produções de soja e milho, a produção doméstica de matérias primas não atende à demanda interna. Este fenômeno torna necessária a importação de alimentos estrangeiros para o abastecimento interno (VIEIRA *et al*, 2016).

1.2. O papel da soja na segurança alimentar chinesa

Embora o governo chinês esteja focado em assegurar a segurança alimentar por meio da autossuficiência agrícola, observa-se que a RPC teve suas operações comerciais agrícolas expandidas drasticamente. Em 2010, por exemplo, o investimento estrangeiro direto chinês no setor agrícola totalizou US\$2,62 bilhões, e no mesmo ano, 468 corporações chinesas do setor agrícola investiram no exterior (ZHA; ZHANG, 2013; WANG; ZHAO, 2017).

O setor de grãos ganha destaque na concepção chinesa de autossuficiente alimentar e, tradicionalmente, dentro conceito de grãos, tem-se considerado a soja, tubérculos e cereais como arroz, trigo e milho. Entretanto, Zha e Zhang (2013) destacam que a importância da soja e dos tubérculos para a estratégia de segurança alimentar chinesa declinou drasticamente nos últimos anos, de modo que a política de autossuficiência alimentar do governo tem como foco a produção dos grãos mais básicos como arroz, trigo e milho. Visando suprir a demanda doméstica, a RPC construiu bases de produção de soja, cereais e outros produtos agrícolas na Rússia, Sudeste Asiático, Ásia Central, América Latina e outras áreas que somam cerca de 140 países e regiões (ZHA; ZHANG, 2013; USDA, 2002).

Durante a crise de alimentos global em 2007/2008, a China introduziu o plano nacional de segurança alimentar, no qual o governo reiterou a meta de alcançar um nível de autossuficiência de 95% no setor de grãos. Entre 2004 e 2014, as importações totais de grãos aumentaram em cerca de 300%; em 2014, as importações de grãos para a China atingiram 100 milhões de toneladas e configuraram mais de 16% da produção nacional (ZHANG; CHENG, 2017).

No “White Paper” publicado em 1996, observa-se que mudanças profundas ocorreram no sistema de produção e circulação de grãos da China, bem como nos métodos de regulação e controle do governo sobre oferta e demanda de grãos e flutuação de preços.

O governo chinês reafirma seu compromisso em consolidar e aperfeiçoar as conquistas existentes, e promete focar-se na reestruturação da economia agrícola de acordo com os requisitos para a construção de um sistema socialista de economia de mercado, isto é, tornar os sistemas de gestão básica rural estáveis por longos períodos de tempo e melhorá-los continuamente (CHINA, 1996).

Ademais, o governo chinês esclarece que o sistema de responsabilidade contratual familiar com remuneração vinculada à produção e o sistema de gestão de duas camadas com integração de centralização e descentralização são os sistemas básicos de gestão que as áreas rurais chinesas adotaram desde o início da política de reforma e abertura ao mundo exterior (CHINA, 1996).

O governo chinês continuará a incentivar as áreas rurais e pequenas cidades a desenvolver indústrias secundárias e terciárias para acelerar a absorção da força de trabalho rural excedente, impulsionar as localidades, sempre que possível, para implementar gradualmente a operação de terras cultivadas em uma escala apropriada, melhorar os benefícios econômicos da produção de grãos e fortalecer a força motriz para o desenvolvimento da produção de grãos (CHINA, 1996).

Em 2015, a produção de arroz, considerado como principal grão produzido na China, somava-se em 211 milhões de toneladas, representando um aumento de produção significativo, se comparado com os dados da FAO de 1961, ano o qual o país obteve a soma de 54 milhões de toneladas. Outro grão que se destaca é o milho, que por sua vez representou 40% da oferta de grãos em 2015, cuja somatória foi de 323 milhões de toneladas. Embora a produção da soja também tenha sido ampliada, se comparada aos valores produzidos em 1961 e 2015, isto é, de 6 para 12 milhões, estes valores ainda são insuficientes para suprir a demanda interna por soja, tornando necessário depender de importações (BELIK, 2019).

Em 2016, a RPC comprou 86 milhões de toneladas de soja, das quais 51 milhões foram provenientes do Brasil (BELIK, 2019).

1.3. Inserção chinesa no Organização Mundial do Comércio

Oficialmente membro da OMC desde 2001, o governo da RPC teve que esforçar-se e adotar políticas para tornar a economia do país mais acessível ao comércio internacional e, após 15 anos de negociações, abriu suas portas às empresas e capital estrangeiro; enquanto membro da Organização Mundial do Comércio, a China tem auxílio na redução agro tarifárias e facilitação nas negociações entre os países membros. (BBC, 2001).

Subsequente da sua entrada a OMC, o benefício recém adquirido pela China consistiu no aumento do acesso ao mercado no exterior. A RPC recebeu o tratamento da nação mais favorecida (MFN) por outros Membros da OMC, o que favoreceu a normalização de suas relações comerciais. Após sua adesão em 2001, na rodada Doha, a economia chinesa apresentou taxas de crescimento econômico em torno de 10% ao ano (CUNHA; XAVIER *Apud* NASCIMENTO; LEITE, 2019; RUMBAUGH; BLANHER, 2004).

Rumbaugh e Blanner defendem que a adesão da China à OMC levou à remoção de cotas contra suas exportações de têxteis e vestuário. A China também se beneficia do tratamento de futuros conflitos comerciais dentro dos procedimentos multilaterais de resolução de litígios no âmbito da OMC, amparando, portanto, o país a promover melhor os seus interesses comerciais, beneficiar de uma maior reciprocidade em resolução, e limitar o escopo para outros membros da OMC de impor unilateralmente proteções contra seus produtos (RUMBAUGH; BLANHER, 2004).

Sob os compromissos da OMC, a China visou reduzir ainda mais sua tarifa média anualmente. O regime geral de comércio será cada vez mais baseado em tarifas, uma vez que a China concordou em eliminar as quotas de importação, as licenças, as práticas comerciais designadas e outras barreiras não-tarifárias. A substituição de quotas de importação por quotas tarifárias (TRQs) para algumas commodities agrícolas também deve ajudar a fortalecer a transparência do comércio (RUMBAUGH; BLANHER, 2004).

Além do aprofundamento de sua integração com a economia mundial a entrada do país na OMC significou também submeter-se as condições e aos acordos, que demandaram reajustes políticos e fiscais, bem como ajustar-se aos padrões internacionais de higiene na produção alimentar, transparência e questões dos direitos de propriedade intelectual delimitadas pela Organização Mundial do Comércio (HASMATH *et al*; 2007; LEE, 2008).

Entretanto, no cenário internacional, uma maior liberalização dos preços de comercialização e o crescente reconhecimento de que o acesso à comida, sendo este um direito humano básico, fundamenta a ideia de que a dependência da importação de alimentos não comprometerá a segurança alimentar nacional (PAARLBERG, 1978; ZHA, 2010; LU, 1998 *apud* ZHANG; CHENG, 2017).

De acordo com o Ministro das Finanças da China, Xiao Jie, mesmo com uma guerra comercial, a China pode converter suas terras úmidas e pastagens para a produção de alimentos. Mais confiante desde a crise financeira de 2008, a RPC detém a maior reserva de moedas estrangeiras do mundo (XU, 2015 *apud* ZHANG; CHENG, 2017).

Uma série de políticas e planos destinados a melhorar as colaborações internacionais e as inovações tecnológicas foram realizadas sequencialmente durante os últimos anos. Por exemplo, a iniciativa “One Belt, One Road” focada em reviver a “rota da seda” e o reforço da colaboração entre as economias na esfera regional asiática e europeia. A Economia em curso e as várias políticas de incentivo para um mercado mais inovador estão pavimentando o caminho para a ambição das empresas chinesas de participar mais ativamente do investimento estrangeiro e fortalecer sua competitividade global (WANG; ZHAO, 2017).

O trabalho analítico de Rumbaugh e Blancher (2004) mostra que, em geral, os efeitos do bem-estar internacional provenientes da adesão da RPC na OMC são positivos. Tais efeitos têm sido objeto de pesquisas crescentes no final dos anos 90, a maioria dos modelos mostra que os efeitos gerais do bem-estar induzido pela OMC. As mudanças tarifárias na China não são consideráveis, uma vez que, as tarifas da China já foram reduzidas substancialmente. A longo prazo, a China se beneficiará com a adesão à OMC. Muitos observadores julgaram que um dos principais objetivos da China em aderir à OMC era beneficiar aumento da pressão competitiva como um impulso externo às reformas internas.

A maioria destas análises, de fato, apontam para um impacto positivo para o país no longo prazo, ganhos de eficiência e benefícios diretos para os consumidores chineses. Além disto, o crescimento sustentado da China deve fornecer benefícios para a maioria de seus parceiros comerciais. O país concordou em abrir setores que são cruciais para seus parceiros, como os setores agrícola e de serviços (RUMBAUGH; BLANCHER, 2004).

O impacto real da adesão da China à OMC no resto do mundo pode provar ser maior do que essas análises sugeririam. Primeiro, a maioria dos modelos existentes tem várias limitações, incluindo incertezas nas elasticidades comerciais estimadas, resultantes de mudanças rápidas na estrutura do comércio internacional da China e da região. Mais fundamentalmente, a maioria dos modelos não consegue em conta os principais aspectos da adesão da China à OMC, como a abertura do comércio de serviços ou reformas que eliminarão os obstáculos ao investimento estrangeiro e mudarão ainda mais o papel da China como base de exportação (RUMBAUGH; BLANCHER, 2004).

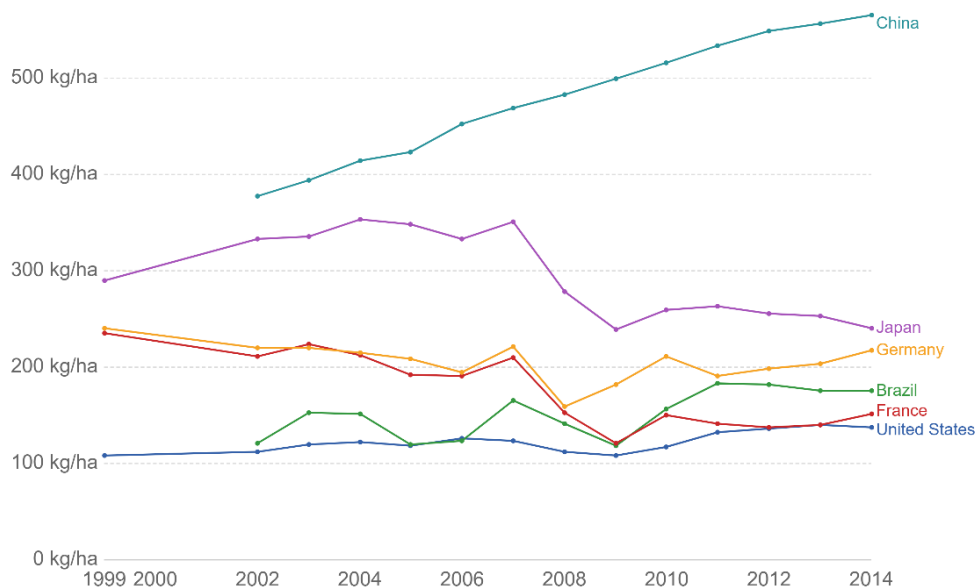
Entretanto, conseqüente das adaptações adotadas intencionados na liberalização, surgiram contradições domésticas no setor da agricultura, pois a busca por maior produção resultou na intensificação do uso da terra, bem como o maior emprego de pesticidas e fertilizantes, aumentando os riscos de degradação ambiental e contaminação de alimentos. A longo prazo, os possíveis desastres ambientais, inviabilizariam a busca chinesa por autossuficiência em grãos (BELIK, 2019).

Por fim, em virtude dos incentivos ao crescimento econômico, isto é, o acesso a crédito de compra para insumos, e das limitações geográficas, isto é, o tamanho das terras destinadas à produção, pré-estabelecidas pelo governo, consistirem em pequenas propriedades rurais de até 0,2, hectares, o uso de agroquímicos aumentou significativamente, de modo que a China é considerada como uma das maiores consumidoras de pesticidas (NASSAR, NOGUEIRA, 2007 *apud* BELIK, 2019).

Gráfico 1. Taxas da aplicação de fertilizantes a longo prazo

Fertilizer application rates over the long-run

Average fertilizer application rates for select countries over the long-run, measured in kilograms of nutrient per hectare of arable land.



Source: World Bank and Federico (2008)

OurWorldInData.org/fertilizer-and-pesticides/ • CC BY

Fonte: Our World in Data (2015)

É notória na China a presença de diversas agressões ao meio ambiente e, diante deste fato, em 1990 o governo retomou políticas de subsídio para preservação do meio ambiente, em prol da sustentabilidade (BELIK, 2019).

Em 1999, o governo iniciou o programa “Grain for Green”, projetado para prevenir e conter as inundações e a erosão do solo, por meio de ações para “aposentar” terras agrícolas que se enquadravam como suscetíveis à erosão. A china é severamente afetada pelo fenômeno da desertificação, estima-se que a área desértica e as áreas em processo de desertificação cubram um terço do território do país (YANG, 2004 *Apud* WANG; LU; FANG; SHEN, 2005).

CAPÍTULO 02 - TERRAS: A APROXIMAÇÃO NO SETOR AGRÍCOLA E OS INCENTIVOS CHINESES PARA A PRODUÇÃO DE SOJA BRASILEIRA

Os problemas ecológicos, como o dano causado ao solo pelo uso excessivo de fertilizantes e pesticidas, refletem o padrão moderno de produção e industrialização de alimentos. Este modo de produção vem mostrando-se insustentável em termos ambientais e apresentam, também, perigo à saúde humana e animal (MONTEIRO *et al*, 2019).

A forma como se dá a produção moderna e a comercialização de produtos agrícolas está diretamente relacionada com as dinâmicas de poder das Relações Internacionais. Neste contexto, observa-se que o fenômeno do *Land Grab* tem sua apropriação de terras norteado por um crescente interesse dos Estados em garantir a exportação de alimentos e nos dos financiadores em especular sobre o futuro das commodities e a inflação nos preços da terra (MCMICHEL, 2012; LIMA, LEITE, 2016).

A abertura chinesa no âmbito do comércio exterior e de investimentos exigiu mudanças no modelo regulador e nos sistemas de apoio para as interações com economias estrangeiras. De modo que a China adotou centenas de leis e regulamentos, de 1979 a 2000, para gerenciar as relações comerciais com países estrangeiros (IPEA, 2011; NATHAN, 2016).

Houve também o estabelecimento de mecanismos de resolução de litígios judiciais como, por exemplo, a formação de tribunais especializados. Entretanto, os conflitos comerciais entre os Estados Unidos, a China e a União Europeia foram intensificados durante a crise de 2008. O modelo chinês na política cambial, isto é, o atrelamento do yuan ao dólar, expressa possíveis transformações estruturais no planejamento de produção e na divisão internacional do trabalho em resposta à tendência de elevação dos preços das commodities e da pressão chinesa (IPEA, 2011; NATHAN, 2016).

Em meados dos anos 90, os parceiros comerciais da China acusaram o país de protecionismo e *dumping*, simultaneamente, países desenvolvidos no âmbito industrial pressionaram a China para que fosse aderida a aceitação cotas de exportações de têxteis e outros produtos, bem como ao cumprimento das normas internacionais de higiene, embalagem, rotulagem e conscientização na sustentabilidade ambiental no setor produtivo destinado à exportações (NATHAN, SCOBELL, 2016).

Portanto, de acordo com Nathan e Scobell (2016), o único caminho para escapar das constantes críticas, tanto em âmbito doméstico quanto externo, foi uma maior inserção no sistema econômico global. Tal objetivo fez necessário o engajamento chinês para tornar-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), membro oficial desde 2001⁴, significando na adoção de regras da OMC e no intermédio para atenuar os conflitos comerciais.

Entre 2000 e 2010, observou-se que o crescimento das relações comerciais entre o Brasil e China foi superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. Neste período, as exportações brasileiras saltaram de US\$ 1,1 bilhão, correspondendo a 2% do número total de exportações do Brasil, para US\$ 30,8 bilhões, passando a representar 15% do total (IPEA, 2011; NATHAN, SCOBELL 2016).

Este saldo na elevação do comércio entre o Brasil e China pode ser visualizado nos gráficos abaixo:

Gráfico 2. As exportações brasileiras para a China (2001-2017).



Fonte: Dados do Mdic coletados em Outubro/2018. Elaboração do autor

⁴ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/economia/011210_omccs.shtml

Gráfico 3. As Importações vindas da China (2001-2018).



Fonte: MDIC, consultado em Outubro de 2018. Elaboração do autor

O avanço de empresas chinesas do agronegócio na aquisição de propriedades rurais aráveis promove preocupações nos setores empresariais e governamentais no Brasil (IPEA, 2011). Pois:

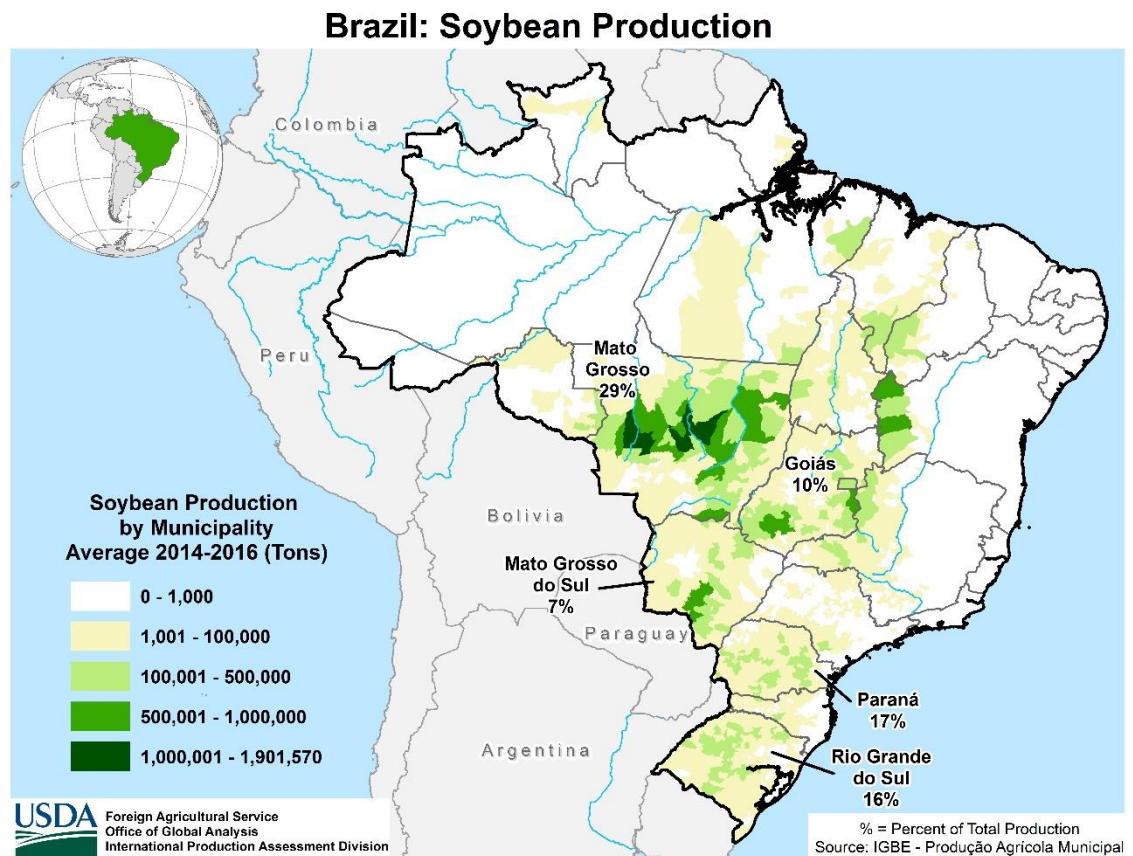
Segundo informações do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) 5,5 milhões de hectares de terras brasileiras pertencem a não brasileiros, no entanto, estes valores tendem a estar subestimados em virtude de dados incompletos nos registros dos cartórios e da declaração das empresas estrangeiras. Estimativas não oficiais afirmam que os chineses já possuem cerca de 7 milhões de hectares. (IPEA, p. 10, 2011)

Sob a óptica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o interesse primário chinês em suas relações com a América Latina, tem sido adquirir acesso a produção e extração de recursos naturais e energia, visando atender a demanda doméstica do país e elevar o ritmo da expansão de seu crescimento (IPEA, 2011).

Essa dinâmica traz consigo oportunidades para o Brasil no curto e médio prazo, mas que se não forem bem aproveitadas poderão representar ameaças, sobretudo, no longo prazo, como a perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China, desadensamento da estrutura produtiva nacional, perda do controle estratégico sobre fontes de energia – petróleo – e de recursos naturais – terras e minas – e aumento da vulnerabilidade externa estrutural. (IPEA, p. 11-12, 2011)

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, por meio de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2005 a 2009, mapeou a produção de soja no Brasil:

Figura 2. Produção de soja no Brasil (2014-2016)



Fonte: IBGE in: USDA (2016).

2.1. Aproximação Brasil e China

O cenário internacional que antecede o estabelecimento das relações entre Brasil e China, em 1974, é marcado pela polarização do pós Segunda Guerra Mundial e pela criação de instituições internacionais de governança global e a corrida armamentista. Houve quatro pilares que nasceram nesta conjuntura, sendo estes as Nações Unidas; Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT); Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A estrutura e dinâmica destas instituições reflete a disposição de poder

entre as potências; como, por exemplo, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) cujos membros permanentes detém poder de veto , isto é, Estados Unidos, França, Reino Unido, Taiwan (que viria ser denominada por “República Popular da China”, alteração aprovada pela resolução 2758 pela Assembleia Geral da ONU) e URSS (posteriormente, Rússia) (HOLANDA, 2016).

Sob a influência da conjuntura internacional, a perspectiva chinesa de que o contato e confronto com o sistema capitalista era inevitável foi reforçada pela ameaça de sanções econômicas e a ameaça norte-americana em recorrer ao poderio nuclear novamente (HOLANDA, 2016).

No Brasil, tinha-se o processo de substituição de importações iniciado no pós II Guerra, e a intensificação de mudanças na base social e econômica, iniciada nos 50, marcada pela por meio da construção da usina, durante o governo Vargas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina. Estas mudanças no quadro socioeconômico brasileiro também foram impulsionadas no governo de Juscelino Kubitschek, com a aplicação do Plano de Metas, no qual se destaca a construção de Brasília e um programa intenso de industrialização. Posteriormente, no governo Jânio Quadros, a política externa brasileira adotada incorporou uma postura de anticolonialismo, destacando o propósito de servir ao desenvolvimento nacional e, dentro deste alinhamento, estava o interesse para restabelecer relações com a URSS e o envio de missão oficial à China, buscando oportunidades de negócios. Tais interesses seriam retomados no governo Goulart, por meio do princípio e defesa dos três D's, isto é, Desenvolvimento, Descolonização e Desarmamento (HOLANDA, 2016).

Nos anos 70, na ditadura de Geisel, o Brasil estabeleceu relações com a China, e em seguida, foi construída uma embaixada brasileira em Beijing e uma embaixada chinesa em Brasília (HOLANDA, 2016).

Em 2008, ocorreu a Crise financeira Internacional, acarretada pela falência do tradicional banco de investimentos norte-americano Lehman Brothers. Em sucessão, faliram também outras grandes instituições financeiras desencadeando uma crise sistêmica, expondo as limitações dos sistemas de regulação e supervisão bancária e a fragilidade da arquitetura financeira internacional; que resultou em forte retração e desemprego nas grandes potências (FARHI; PRATES; FREITAS; CINTRA, 2009).

A China firma-se como um novo polo de poder no sistema internacional e o Brasil, em conjunto com um grupo de países emergentes, superou a crise revigorado e destacou-se na formulação e debates em grandes temas da agenda internacional (HOLANDA, 2016).

Enquanto isso, a intensificação das relações sino-brasileiras foi favorecida pela busca chinesa em ampliar suas parcerias e explorar novas relações comerciais. O Brasil destacou-se na América Latina pela extensão territorial, recursos naturais, produtos agrícolas, as dimensões do mercado interno, os avanços científicos e um certo protagonismo, isto é, atuação brasileira nas Nações Unidas e em outros foros internacionais.

De acordo com Becard (2008), sob a óptica da balança comercial, o período de 1995 a 2004 foi marcado por três momentos distintos dos fluxos comerciais da relação sino-brasileira, sendo este o primeiro momento em que presenciou-se uma corrente de comércio constante, equilibrada pelo movimento inversamente proporcional da diminuição das exportações brasileiras e pelo crescimento de importações originárias da China que se iniciou em 1993 e permaneceu até 1997. O segundo momento data o período de 1998 a 1999, no qual é visível uma forte queda na balança comercial, provocada pelos baixos índices das exportações brasileiras. Por fim, o terceiro momento, de 2000 a 2004, nota-se um crescimento espantoso do fluxo comercial, o qual passou de US\$ 2,3 bilhões/ano registrados em 2000, para mais de US\$ 9 bilhões/ano em 2004.

Deste cenário em 2004, a balança comercial apresentou transformações no padrão de comércio, com a diminuição dos saldos comerciais brasileiros e o ganho de mercado dos produtos chineses no mercado nacional do Brasil, destacando-se o setor de eletrônicos, máquinas e equipamentos. Esta expansão do intercâmbio comercial sino-brasileiro refletiu o crescimento do comércio exterior chinês que, por sua vez, repercutiu na forte ascensão chinesa no mercado internacional e no aumento significativo do fluxo comercial bilateral, que representou em 2001, cerca de 183,% em quatro anos, isto é, de US\$ 3,2 bilhões em 2001 para 9,15 bilhões em 2004 (BECARD, 2008).

A partir de 2004, registrou-se a configuração de um novo padrão de comércio entre Brasil e China. Se, por um lado, de 2003 a 2004 a corrente de comércio aumentou em quase 40%, por outro lado o superávit comercial brasileiro regrediu 27%. Assim, apesar de o saldo comercial conjunto do Brasil frente à China ter se elevado em mais de sete vezes de 1999 a 2004, o ritmo de expansão das exportações brasileiras se tornou mais lento após 2003. As exportações chinesas para o Brasil seguiram ritmo oposto, ampliando-se em mais de 70% (BECARD, 2008).

Segundo Becard (2008), para alguns estudiosos do assunto, a dificuldade brasileira em acompanhar o superávit com a China está fortemente relacionado à excessiva carga tributária e as condições deficitárias da infraestrutura no Brasil. E, por outro lado, na RPC tem-se incentivos de juros baixos e créditos facilitados à disposição dos exportadores chineses, bem como a aplicação de medidas para forçar a queda nos preços de produtos concorrentes e a presença de barreiras não tarifárias, de modo que dificulta uma concorrência equilibrada de produtos brasileiros com os chineses.

O período entre 2004 e 2018 é marcado pelo aprofundamento das relações sino-brasileiras, refletido no aumento de missões diplomáticas e visitas oficiais, que resultaram em diversos acordos e negociações comerciais. Neste período, destacam-se a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação- COSBAN; o estabelecimento da China como principal parceiro comercial e o principal importador de produtos brasileiros; em 2007, a criação do Diálogo Estratégico entre as Chancelarias assinatura do Plano de Ação Conjunta Brasil- China em Saúde 2011-2014 e, em 2018, a assinatura de acordo para a criação pelos membros dos BRICS do Novo Banco de Desenvolvimento- NDB e a construção do Escritório Regional das Américas em São Paulo (BRASIL, 2019).

Em 2014, a China teria ultrapassado os EUA em termos de poder de compra e poderá evoluir para uma economia maior que a dos Estados Unidos em até 20% pelos próximos cinco anos. O crescimento chinês tem impactado profundamente em vários mercados globais, especialmente na área de *commodities*, cuja demanda é norteadas pelo crescimento focado em manufaturas para exportações (ROSITO, 2016).

O Brasil se beneficiou desta demanda, pois aumentou o fluxo de suas exportações para a China e influenciou, favoravelmente para o Brasil, os preços das *commodities* que o Brasil exporta. Entretanto, com a atuação das empresas chinesas neste mercado de *commodities* e sua ambição como grandes investidores internacionais, as empresas brasileiras viram-se diante de uma crescente concorrência das empresas chinesas, tanto no âmbito doméstico quanto a nível regional sul-americano (ROSITO, 2016).

Paralelamente, o fornecimento de apoio financeiro maciço e recursos para investimento em determinadas indústrias, a estratégia “Going Out” adotada pela China, desempenhou um papel importante na reforma da economia chinesa e aprimorando seu desenvolvimento econômico por meio da estimulação do crescimento da economia chinesa e facilitação e melhoria na eficiência das empresas domésticas. Encorajados pela estratégia, muitas empresas chinesas com posições sólidas no mercado interno começaram a procurar oportunidades de investimento em mercados estrangeiros (WANG; ZHAO, 2017).

De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (2011), suspeita-se que o interesse primário da China em estabelecer relações na América Latina repouse no desejo de adquirir acesso aos recursos naturais e energia de produção e extração, em ordem de abastecer a demanda interna do país em seu ritmo de crescimento.

2.2. Presença chinesa na produção de soja brasileira

A relação comercial sino-brasileira é centrada em três produtos chave: soja, minério e petróleo. O caso da soja destaca-se por sua relevância diante da concepção chinesa de segurança alimentar, pois embora a autossuficiência em grãos almejada pelo governo contemple o arroz, o trigo e o milho, a soja é exceção. Cerca de 40% da soja consumida na RPC é importada, e o Brasil e Estados Unidos são os principais fornecedores. Em 2014, as exportações de soja brasileira para a China corresponderam 7,4% do total exportado pelo Brasil (ROSITA, 2016).

Alguns dados ajudam a entender por que o futuro da China é fundamental para a evolução do comércio internacional das commodities exportadas pelo Brasil, pelo menos no curto e médio prazo. Segundo dados das Nações Unidas (Comtrade), as importações chinesas de i) soja e seus derivados; ii) minérios; e iii) petróleo e seus derivados, foram, em 2014, de 47,9%, 58,2% e 11,9%, respectivamente, em relação ao total das importações mundiais daqueles produtos. Já a participação brasileira no total das importações chinesas dos mesmos produtos foi de 36,2%, 9,4% e 1,1%, respectivamente (ROSITA, 2016).

Há alguns fatores a serem considerados para compreender melhor o caso da soja no comércio bilateral sino-brasileiro. Primeiramente, a demanda interna chinesa por grãos e a produção brasileira como uma alternativa às grandes empresas americanas e europeias.

O interesse chinês em aproximar-se do mercado brasileiro e poder ter assegurado a produção do produto de seu interesse, é refletido no fenômeno do *Land grab*, isto é, a compra chinesa de terras brasileiras em larga escala. Esta prática desperta a preocupação no mercado e o setor agro brasileiro, pois de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, 5.5 milhões de hectares de terras brasileiras pertencem à não-brasileiros. Entretanto, os dados coletados estão incompletos, pois carecem de valores e declarações das companhias estrangeiras. Os valores não-oficiais estimados pelo IPEA, é de que a empresas chinesas já detém cerca de 7 milhões de hectares. Esta prática é refre-ada por meio das restrições da legislação nacional aplicáveis a empresas com capital estrangeiro (IPEA, 2001; ROSITA, 2016).

De acordo com a Divisão de Fiscalização e de Controle das Aquisições por Estrangeiros do Incra (2020), o país que lidera o ranking de maior comprador internacional de terras brasileiras é o Japão, no qual 6.912 propriedades declaradas, totalizando 368.873 hectares; enquanto que a China detém 664, somando 10.126 hectares (INCRA *apud* BORGES, 2018).

Em segundo, observa-se a presença de investimentos chineses na infraestrutura brasileira, pois embora o país possua grandes recursos naturais, a situação nos setores logísticos e de infraestrutura permanece enquadrados como subdesenvolvidos. Neste cenário, o desenvolvimento da infraestrutura do Brasil torna-se uma meta estratégica para as ambições chinesas; de modo que muitas empresas chinesas assinaram contratos para construção de estradas, rodovias, aeroportos, pontes e canais. Um exemplo é o caso do *China Development Bank- CDB* ter anunciado, EM 2015, investir US\$ 6,5 bilhões em melhorias e projetos de construções no estado do Mato Grosso, que é responsável por cerca de 30% da produção total de grãos de soja no Brasil (IPEA, 2011; HORTA, 2015; ROSITA, 2016).

Terceiro elemento é o potencial de melhorias na produtividade da soja brasileira por meio da cooperação tecnológica no desenvolvimento de material genético voltados para este setor (ROSITA, 2016).

Mas, embora a presença de capital estrangeiro chinês seja relevante para a economia brasileira e os investimentos estejam financiando projetos de infraestrutura e desenvolvimento no país, sob a perspectiva da RPC o Brasil não é considerado um grande

destino para os capitais chineses, se a somatória destes investimentos for comparada com o estoque total dos investimentos diretos das empresas chinesas no exterior. Em 2016, foram estimados US\$ 660 bilhões que foram destinados majoritariamente para o Leste Asiático e para algumas econômicas desenvolvidas (ROSITA, 2016).

Segundo o Censo de Capitais Estrangeiros 2014, do Banco Central, o estoque de investimento direto estrangeiro da China no Brasil, em 2013, pelo critério de participação no capital do investidor final, era de US\$ 11,7 bilhões, o que lhe posicionaria em 15o lugar, imediatamente depois do México. Em 2009, o estoque de investimentos chineses no Brasil era de cerca de US\$ 250 milhões. Em 2010, três grandes operações mudariam esse cenário rapidamente¹⁰, embora desde então não se tenha registrado nas estimativas oficiais crescimento tão expressivo em um único ano. Por outro lado, estimativas de analistas e instituições de pesquisa para o estoque de investimentos chegam a indicar valores entre US\$ 20 e 30 bilhões. Sabe-se que medidas precisas desses estoques são dificultadas por características comuns a esses investimentos, como a triangulação (ROSITA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos principais atores da dinâmica internacional contemporânea, a China compreende os mercados internacionais como uma alternativa para obter alimentos e recursos essenciais para o bem-estar e o desenvolvimento de sua sociedade. Apesar disso, a perspectiva do governo chinês acerca dos mercados globais é que este é um fornecedor insuficiente para suprir a demanda interna, resultando na necessidade de buscar a autossuficiência no setor de grãos, reforçada pelo alto custo de importação e logística não atraente para o governo.

Portanto, através da análise da literatura e dos dados coletados, este trabalho buscou esclarecer as relações entre a estratégia chinesa de segurança alimentar e a ideia de autossuficiência no setor de grãos; bem como a sensibilidade sobre a fome na política externa chinesa devido aos constantes casos de fome registrados em sua história. Dessa forma, embora o país seja o maior importador de soja do mundo atualmente, as limitações climáticas e geográficas colocam a China em uma posição desfavorável contra países como os Estados Unidos e outros grandes exportadores de grãos.

Essa condição reflete uma vulnerabilidade chinesa em relação às vantagens comparativas no setor de grãos, o que resulta no interesse do país em ingressar na OMC em 2001. Não obstante esse cenário, a China recebeu diversas críticas ao sistema internacional devido aos casos de dumping e aquisições de terras estrangeiras. No caso brasileiro, o Land Grab está relacionado a investimentos em regiões fornecedoras de grãos, como a soja produzida pelo Mato Grosso, para garantir a oferta de commodities nos mercados domésticos chineses.

Concluindo, a literatura reforçou o interesse do brasileiro em atender à demanda chinesa, mas mostrou uma preocupação de certos setores no Brasil em relação ao crescente poder e influência chineses sobre sua produção logística e agrícola doméstica. Assim, apesar da intensificação progressiva dos investimentos no setor agrícola, novos estudos precisam ser conduzidos para entender os interesses da China no território brasileiro.

Analogamente, apesar do interesse chinês em atingir 100% de suficiência na produção de grãos, o país ainda depende das exportações brasileiras para minimizar suas vulnerabilidades às oscilações nos preços das commodities nos mercados internacionais;

fato que colabora com a importância da manutenção contínua de estudos sobre as demandas chinesas por grãos internacionais e seus investimentos contemporâneos no setor agrícola brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR DE MEDEIROS, Carlos. *A china como um Duplo Polo na economia mundial e a recentralização da economia Asiática*. Revista de Economia Política, Vol.26, N.3, 2006.

AGUIAR DE MEDEIROS, Carlos; CINTRA, Maria. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*. Revista de Economia Política, Vol.35, N.1, 2015.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.47. 2004.

ALTEMANI DE OLIVEIRA, Henrique. *Brasil e China: uma nova aliança não escrita?* Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.53, N.2, 2010.

ALLARIE, Nicolas. *China's impact on regionalism in East Asia*. RICRI, Vol.2, N.3.
ASHTON, Basil; HILL, Kenneth; PIAZZA, Alan; ZEITZ, Robin. *Famine in China 1958-1961*. Population and Development Review, Vol. 10, No. 4 (Dec., 1984), pp. 613-645.

BAUMANN, Renato. *BRICS: estudos e documentos*. Brasília. 2015.

BAPTISTA, Thiago; ALMEIDA, Fernando. *As relações econômicas sino-brasileiras-brasileiras no início do século XXI: parcerias estratégicas e relações bilaterais*. Revista de Geopolítica, Natal, Vol.6, N.2, 2015.

BARBOSA, Alexandre Freitas; CAMARGO MENDES, Ricardo. *A ascensão chinesa e os desafios da política externa brasileira*. Nueva Sociedad Democracia y política em América Latina versão em português. 2008.

BARBOSA, Pedro Henrique. CORRÊA, Germano Faria. *Uma tentativa de entender o funcionamento do governo e do setor privado da China*. Os desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas / Pedro Henrique Batista Barbosa (organizador). – Brasília: FUNAG, 2017.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República popular da China: Política externa compara e relações bilaterais (1974-2004)*.

BELIK, Walter. *SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA CHINA: aspectos históricos e atuais desafios*. Cap. 2. Livro Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional : Brasil e China em perspectiva / Marcos Costa Lima, Eduardo Matos Oliveira (orgs.). Recife, 2019.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. A parceria estratégica Sino-Brasileira: Origens, evolução e perspectivas (1993-2006)

BUZAN, Barry; ACHARYA, Amitav. *Non-Western international Relations theory*. edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. República Popular da China. Disponível em < http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR >. Acesso: 02/08/2019.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: Desafios e oportunidades. Brasília, FUNAG, 2011.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres. Disponível em < <http://www.cbcrs.inpe.br/sobre/index.php> > . Acessado em: 01/08/2019.

BRAZIL. MINISTRY OF AGRICULTURE. (2018). Brazil to be world's top soybean producer in 2018/2019 harvest. Disponível em: <<http://www.brazilgov-news.gov.br/news/2018/08/brazil-to-be-worlds-top-soybean-producer-in-2018-2019-harvest>>. Acesso: 24 de Setembro de 2018

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A Crise Financeira de 2008*. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.

BIATO, Oswaldo Junior. A parceria Estratégica Sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília. FUNAG, 2010.

BOM, Zimmer de Souza G. *A China de ontem e de hoje: a influência da história e da cultura nas ações externas e o atual relacionamento com os Estados Unidos*. Revista CADE, Vol 11. N.1.

BORGES, André. *Estrangeiros têm um Estado do Rio em terras no País*. In: Revista Estadão. 2018. Disponível em: <<https://especiais.estadao.com.br/canal-agro/negocios-rurais/estrangeiros-tem-um-estado-do-rio-em-terras-no-pais/>> . Acesso: 15 de Março de 2020.

CARVALHO, Maria Izabel Valladão. *O Itamarati, os empresários e a Política Exterior do Brasil*. Meridiano 47, N.7, 2001.

CASTILHO REIS, Marta. *Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho Brasileiro*. RBCE- Revista Brasileira de Comércio Exterior. N.91, 2007.

CHINA, NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. China Statistical Yearbook. 2017. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2017/indexeh.htm>>. Acesso em: 29 de setembro de 2018

CORNETET, João Marcelo Conte. *A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade*. Revista Conjuntura Austral, Vol.5, N.24, 2014.

CUNHA, André; BICHARA; MONSUETO; LÉLIS. *Impactos da ascensão da china sobre a economia brasileira? Comércio e convergência cíclica*. Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, Vol.15, N.3, 2011.

CHANG, Jung; HALLIDAY, John. *MAO: The Unknown Story*. United Kingdom. 2005.

DA LUZ, Arnaldo José. *As relações comerciais Sino-Brasileiras no século XXI*. Revista de Geopolítica, Natal, Vol.2. N.2. 2011.

FARHI, Maryse; PRATES, Daniela Magalhães; FREITAS; Maria Cristina P. de; CINTRA; Marcos Antonio Macedo. *A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional*. Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.

FIORI, José Luís. *A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul*. OKOS. Rio de Janeiro. N.8. 2007.

FAO, Food and Agriculture Organization of United Nations. *Food Security Concepts and Frameworks Lesson 1: What is Food Security?* Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2008. Disponível em <<http://www.fao.org/elearning/Course/FC/en/pdf/trainerresources/learnernotes0411.pdf>>.

GUOQIANG, Cheng. HONGZHOU, Zhang. *China's Global Agricultural Strategy: An Open system to safeguard the country's food security*. S. Rajaratman School of International Studies Singapore. No. 282. 2014.

GOMES BOM, Zimmer de Souza. *A China de ontem e de hoje: a influência da história e da cultura nas ações externas e o atual relacionamento com os Estados Unidos*. Revista CADE, Vol 11. N.1.

GUIMARÃES PINHEIRO, Samuel. *Brasil e China: Multipolaridade*. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.

HAMPTON, Andrea. *Local Government and Investment Promotion in China*. Centre for the Future State. Institute of Development Studies. England. 2006.

HIRATUKA, C., SARTI, F. (2016). Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise do fluxo de comércio e investimento estrangeiro direto. *Revista Tempo do Mundo*, 2, 1, 8398.

HORTA, L. Brazil-China relations. S. Rajaratnam School of International Studies Singapore, 287, 1-31. 2015.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. *40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos*. Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos / Sérgio Eduardo Moreira Lima (organizador). – Brasília: FUNAG, 2016.

HUANG, Jukun. ROZELLE, Scott. *China's 40 years of agricultural development and reform*. In: SONG, Ligang; FANG, Cai. *China's 40 years of reform and development 1978- 2018*. Australian National University. 2018.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. As relações bilaterais Brasil-China a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

JUNIOR, Márcio José Oliveira. *As raízes da política externa chinesa: perspectivas para inserção no século XXI*. Revista Fronteira. Belo Horizonte. Vol. 12, N.14. 2013.

LIMA, Thiago. LEITE, Alexandre César Cunha. *Estrangeirização de terras: um questionamento à cooperação na ordem econômica internacional contemporânea?* Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.5. n.9, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php?journal=monções>>

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. *A China e os chins: recordações de viagem*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão / CHDD, 2016.

LUZ, Arnaldo José. *As relações comerciais Sino-Brasileiras no século XXI*. Revista de Geopolítica, Natal, Vol.2. N.2. 2011.

MADISSON, A. Chinese economic performance in Long Run. Paris: Centro de desenvolvimento da OCDE, 2007.

MARTINS, Dora A. E. *China: uma emergência pacífica?* Revista Relações Internacionais, junho, 2006.

MARTINS, Maria. *Ásia Maior: O planeta China*. Brasília, FUNAG, 2008.

MACMICHEL, Philip. *The Land grand and corporate food regime restructuring*. Journal of Peasant Studies. 39:3-4, 681-701, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.661369>

MANIGLIA, E. As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MEDEIROS, Carlos A. *A china como um Duplo Pólo na economia mundial e a recentralização da economia Asiática*. Revista de Economia Política, Vol.26, N.3, 2006.

MEDEIROS, Carlos A.; CINTRA, Maria. *Impacto da ascensão chinesa sobre os países latino-americanos*. Revista de Economia Política, Vol.35, N.1, 2015.

NASCIMENTO, Monalisa Lustosa; LEITE, Alexandre César Cunha. *POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL- CHINA: mensuração e avaliação das relações comerciais e do fluxo de investimentos no setor agrícola*. Cap. 4. Livro Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional : Brasil e China em perspectiva / Marcos Costa Lima, Eduardo Matos Oliveira (orgs.). Recife, 2019.

MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo. Brasil e China? 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos.

NATHAN, Andrew J. SCOBELL, Andrew. Globalization as Security Strategy Power and Vulnerability in the “China Model”. Political Science Quarterly. Vol. 131, N.2. 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.47. 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Brasil e China: uma nova aliança não escrita?* Revista Brasileira de Política Internacional, Vol.53, N.2, 2010.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, June 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Aug. 2018.

PINHEIRO, Samuel Guimarães. *Brasil e China: Multipolaridade*. Brasília: IPRI, FUNAG, 2003.

PRATES, Bernardo; KREIBICH; ROSA; MIRKO; MARASCHIN. *O Governo FHC e o governo Lula: uma comparação das políticas de defesa e das políticas externas*. RICRI, Vol.4, N.7.

PEREIRA PINTO, Paulo Antônio. *China- a ascensão pacífica da Ásia Oriental*. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.48, 2005.

REIS, Marta Castilho. *Impactos distributivos do comércio Brasil-China: efeitos da intensificação do comércio bilateral sobre o mercado de trabalho Brasileiro*. RBCE- Revista Brasileira de Comércio Exterior. N.91, 2007.

ROSITO, Tatiana. *Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras*. Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos / Sérgio Eduardo Moreira Lima (organizador). – Brasília: FUNAG, 2016.

SANTISO, J. O Centro e a periferia. *Valor*, 11 abril. 2008, p. A15.

SHENG, Shu Chang. Do Grande Salto para a frente à Grande Fome: China de 1958-1962. *Diálogos*, DHI/UEM, V.8, N.1, 2004.

SILVEIRA, Alexandre; LEVISKI, Charlott; CAMOZATTO, Nathalia. "*Língua chinesa*": Um estudo Político-linguístico sobre sua presença no mundo. *Revista Revel*, Vol.14, N.26, 2016.

TORRES, Marcus; CABRAL, Maria; SILVA, Lucas. *BRICS' Impact over Brazilian bilateral commercial relations with China*. RICRI, Vol.2, N.4.

UNITED STATES. USDA Foreign Agricultural Service. China's Annual Agricultural Policy Goals The 2017 No. 1 Document of the CCCPC and the State Council. 2017. Access: <https://gain.fas.usda.gov/Recent%20GAIN%20Publications/China's%202017%20Agricultural%20Policy%20Goals_Beijing_China%20-%20Peoples%20Republic%20of_2-15-2017.pdf>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *As dimensões esquecidas do desenvolvimento chinês (1949-1979)*. SÉCULO XXI, Porto Alegre, Vol. 7. N.1. 2016.

VIANNA, Lúcia M. *Novos Atores e Relações Internacionais*. São Paulo; Marília: Oficina Universitária, 2010.

VILLELA, Eduardo V. M. "*As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês*". "in Grupo de Estudos da Ásia-Pacífico, PUC/SP, 2004.

VIEIRA, Flávio Vilela; VERÍSSIMO, Michele Polline. *Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul*. Economia e Sociedade, Campinas, Vol.18, N.3, 2009.

VIEIRA, P.S.F. O Comércio Bilateral do complexo de soja entre Brasil e China: uma análise desagregada usando indicadores do comércio Exterior. 2016.

WANG, Xiuhong; LU, Changhe; FANG, Jinfu; SHEN, Yuancun. *Implications for development of grain-for-green policy based on cropland suitability evaluation in desertification-affected north China*. Land Use Policy 24. 417-424. 2007.

YANG, D. T. China's Agricultural Crisis and Famine of 1959-1961: A Survey and comparison to Soviet Famines. *Comparative Economic Studies*. Vol. 50. 2008.

ZHANG, Hongzhou; CHENG, Guoqiang. China's Food Security Strategy Reform: An emerging global agricultural policy. In: WU, Fengshi and ZHANG, Hongzhou. *China's Global Quest for Resources: Energy, Food and Water*. Routledge, Taylor & Francis Group, 2017.

ZHA, D., ZHANG, H. Food in China's international relations. *The Pacific Review*, No. 26, Routledge. 2013.

ZHU, M., SEALE, J. L. J., VANSICKLE, J. China's soybean import allocation analysis by country-of-origin. Southern Agricultural Economics Association's Annual Meeting, Atlanta, 2015.